

EDITORIAL

Promoção da Saúde e o imperativo do conhecimento para a ação

Alfredo Almeida Pina-Oliveira¹

Promover a saúde por meio de boas práticas e políticas públicas baseadas nas melhores evidências científicas disponíveis consiste em uma preocupação legítima em diferentes sistemas de saúde e instiga a busca por soluções inovadoras, sustentáveis e comprometidas com a transformação social. Entretanto, esse desafio só pode ser enfrentado de modo dialógico, crítico e coletivo.

O acúmulo e a consistência de evidências e de inovações tecnológicas no campo da Promoção da Saúde estão bem fundamentados^{1,2}. Contudo, a redução das lacunas entre produtores e utilizadores de conhecimento não ocorre de modo imediato, espontâneo ou natural³. As Teorias do Conhecimento para a Ação⁴ contribuem com a compreensão da dimensão processual das mudanças, do comprometimento dos participantes, da sustentabilidade dos projetos e da valorização de fatores sociais, culturais e históricos dos contextos avaliados.

Contudo, a defesa da saúde como um direito social e um recurso essencial para a vida e para o bem-estar implica em extrapolar a dimensão técnica da incorporação de evidências científicas, exigindo a atuação ética, estética e política dos diferentes profissionais de saúde em parceria com representantes políticos, de diferentes setores, da sociedade civil organizada e das diferentes comunidades presentes nos serviços locais e nos territórios.

As últimas quatro Conferências Internacionais de Promoção da Saúde ocorridas em Bangkok⁵, Nairobi⁶, Helsinki⁷ e Shangai⁸ primam pela incorporação das melhores evidências disponíveis nas agendas políticas intersetoriais em prol da reorientação das práticas nos serviços de saúde e do diálogo deliberativo com diferentes protagonistas envolvidos na construção de entornos mais seguros, sustentáveis e saudáveis.

A Política Nacional de Promoção da Saúde⁹, em sua terceira revisão, reafirma os avanços obtidos na melhoria das condições de vida da população brasileira, amplia a construção conjunta de seu texto com representantes de todo território nacional, atenta para as contradições nas relações de poder em diferentes segmentos sociais e indica as lacunas que precisam ser preenchidas para a consolidação do paradigma promocional no Sistema Único de Saúde.

Contribuir para o diálogo entre as instituições formadoras (ensino superior e nível técnico), os profissionais de diferentes áreas de atuação, os representantes políticos, os gestores, os cidadãos torna-se um imperativo para a redução de lacunas entre o conhecimento produzido e sua utilização em diferentes cenários de práticas, de tomada de decisão e de exercício de cidadania.

1 Enfermeiro. Doutor em Ciências pelo Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo (EEUSP). Docente do Programa de Pós-Graduação (Stricto Sensu) em Enfermagem da Universidade Guarulhos (UNG). Professor Doutor, da Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP).

As competências necessárias para a Promoção da Saúde¹⁰ fundamentam-se em: valores éticos essenciais para defender direitos, mediar parcerias e capacitar para as mudanças; abordagens para liderar democraticamente e comunicar-se com diferentes públicos-alvo e com distintas mídias; e estratégias para levantar necessidades, planejar, implementar, avaliar (pesquisar). Enfatiza-se aqui a primazia do conhecimento para a ação na resolução de problemas e do atendimento das necessidades de saúde da população.

À guisa de convite para a reflexão sobre a práxis transformadora em nossos espaços de atuação, a adoção das Teorias do Conhecimento para a Ação⁴ pode contribuir sobremaneira com o embasamento de estratégias criativas e potentes para consolidar o cuidado da saúde em todos os dias, em todas as políticas e para todas as pessoas nos seus diferentes ciclos da vida. Eis o nosso compromisso, eis o nosso horizonte.

REFERÊNCIAS

1. Larouche A, Potvin L. Stimulating innovative research in health promotion. *Global Health Promotion*. 2013;20(2):64-9. DOI: 10.1177/1757975913490428.
2. Miller AL, Krusky A, Franzen S, Cochran S, Zimmerman M. Partnering to translate evidence-based programs to community settings: bridging the gap between research and practice. *Health Promot Pract*. 2012;13(4):559-66. DOI: 10.1177/1524839912438749.
3. Morris ZS, Wooding S, Grant J. The answer is 17 years, what is the question: understanding time lags in translational research. *J R Soc Med*. 2011. 104(12):510-20. DOI: 10.1258/jrsm.2011.110180.
4. Ottoson JM. Knowledge-for-action theories in evaluation: knowledge utilization, diffusion, implementation, transfer, and translation. In: Ottoson JM, Hawe P, editors. *Knowledge utilization, diffusion, implementation, transfer, and translation: implications for evaluation*. New directions for evaluation. 2009;124:7-20. DOI: 10.1002/ev.310.
5. World Health Organization. The Bangkok Charter for Health Promotion in a Globalized World. Geneva; 2005 [cited 2014 Jun 18]. Available from: http://www.who.int/healthpromotion/conferences/6gchp/hpr_050829_%20BCHP.pdf.
6. World Health Organization. Nairobi call to action. Geneva; 2009 [cited 2017 May 09]. Available from: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/7gchp/en/>.
7. World Health Organization. Health in all policies: Helsinki statement, framework for country action. Geneva; 2014 [cited 2017 May 09]. Available from: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112636/1/9789241506908_eng.pdf.

8. World Health Organization. Shanghai Declaration on promoting health in 2030 agenda for sustainable development. Geneva; 2016 [cited 2017 May 09]. Available from: <http://www.who.int/healthpromotion/conferences/9gchp/shanghai-declaration.pdf?ua=1>.
9. Malta DC, Morais Neto OL, Silva MMA, Rocha D, Castro AM, Reis AAC et al. Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS): capítulos de uma caminhada ainda em construção. Ciênc. saúde coletiva [Internet]. 2016 June [cited 2017 May 09];21(6):1683-94. Available from: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232016000601683&lng=en.
10. Barry MM, Battel-Kirk B, Davison H, Dempsey C, Parish R, Schipperen M, et al. The CompHP project handbooks. Paris: International Union for Health Promotion and Education; 2012 [cited 2017 May 09]. Available from: http://www.iuhpe.org/images/PROJECTS/ACCREDITATION/CompHP_Project_Handbooks.pdf.